

Licitação Completo

Com **Maryberg Braga** e **Nivaldo Munari**

Modalidade: Curso presencial

Local: São Paulo-SP

Data: 11 à 13 de novembro

Carga horária: 24 horas | 03 dias

Porque veio a nova lei de licitação?

Desafios

- Hierarquia normativa nacional;
- A quem alcança? Ultratividade da nova lei;
- Algumas novidades – nacionalização;
- Agentes públicos e de contratação – funções essenciais;
- O controle interno e a assessoria jurídica;

Dos princípios

- Aproximação da administração com o mercado fornecedor;
- os 4 objetivos centrais;
- Ciclo de vida;
- Governança;
- o tripé da administração pública;
- Dicas básicas para elaboração da regulamentação;
- Regime transitório – uma reflexão;
- Processo licitatório;
- Fase preparatória;

Fase preparatória

- Plano de contratações anual;
- Mapa de riscos;
- Etp;
- Orçamento da administração;
- Termo de referência;
- Edital;
- Instrução do processo licitatório;
- Obras e serviços comuns de engenharia;
- Do portal nacional de contratações públicas;
- Orçamento do órgão/entidade;
- edital;
- Modalidades;

Critérios de julgamento

- Compras;
- Obras e serviços de engenharia;

Obras e serviços de engenharia

- Regimes de execução;

- Matriz de risco;
- Serviços em geral;
- Divulgação do edital de licitação;
- Impugnação e esclarecimentos, Apresentação de propostas e lances;
- Julgamento;

Julgamento desempate

- Direito de preferência;
- Negociação;
- Habilitação;
- habilitação técnica;
- Habilitação social e trabalhista;
- Habilitação econômico-financeira;
- Recurso administrativo;
- Contratação direta;
- Inexigibilidade de licitação;
- Dispensa de licitação;

Contratos administrativos

- Formalização;
- Cláusulas necessárias;
- Publicidade;
- escopo e prazo;
- Seguro - garantia;
- Duração dos contratos;
- Execução dos contratos;
- fiscalização;
- Serviços contínuos demo;

Alteração dos contratos e dos preços

- Execução dos contratos;
- Extinção do contrato;
- Ordem cronológica dos pagamentos;
- Pagamentos e pagamentos antecipados;
- Remuneração variável vinculada ao desempenho;
- Infrações e sanções administrativas;
- Código penal;
- Finais;

- Pregão e Concorrência Eletrônicos: Legislação;
- Conceito do pregão e da concorrência;
- Obrigatoriedade do uso do pregão eletrônico;
- Sistemas utilizáveis para o processamento do pregão e da concorrência;
- Fases do pregão e da concorrência;
- Fase preparatória;
- Fase de divulgação do edital: meios obrigatórios de divulgação;
- Fase de apresentação de propostas e lances: Prazos;
- Pedidos de impugnação e esclarecimentos ao edital;

- Condições de participação;

- Participação e entrega das propostas;
- Sessão pública: sigilo e lances admissíveis;
- Sessão pública: lances;
- modos de disputa;
- Fase de apresentação de propostas e lances (continuação): Sessão pública (continuação): modos de disputa

(continuação);

- Atos da sessão pública: abertura;
- etapa de lances;
- exercício do direito de preferência por ME, EPP, COOP;
- Fase de julgamento: atos da sessão pública: desempate;
- negociação;
- análise da conformidade da proposta;
- aceitabilidade da proposta;
- Fase de julgamento (continuação): atos da sessão pública (continuação): análise da habilitação;
- saneamento de falhas;
- exame de ofertas subsequentes;
- Fase recursal: manifestação da intenção de recurso;
- efeito suspensivo do recurso;
- razões do recurso;
- contrarrazões ao recurso;
- decisão do recurso;
- Fase de Encerramento da sessão pública e da licitação: elaboração e divulgação da ata da sessão pública;
- homologação da licitação e adjudicação do objeto;
- Convocação para assinatura do contrato Desconexão;
- Sistema de registro de preços – SRP: Conceito;
- Base legal;
- Hipóteses de adoção;
- Objetos;
- Preços e fornecedores registráveis na ata de registro de preços;
- Inexistência de obrigação da administração contratar com base no SRP;
- Condições e requisitos para a constituição;
- Funções;
- Constituição por licitação;
- Constituição para contratações diretas;
- Ata de registro de preços: definição, cadastro reserva;
- preços e fornecedores passíveis de registro;
- prazo de vigência;
- adesão por parte de “caronas”;
- Alteração ou atualização dos preços registrados na ata;
- Acréscimos nos quantitativos da ata e alterações dos contratos;
- Cancelamento do registro do fornecedor;
- Cancelamento dos preços registrados;